

## APRESENTAÇÃO AO LIVRO RUI BARBOSA E A QUEIMA DOS ARQUIVOS\*

Francisco de Assis Barbosa

Irreflexão, leviandade ou aleivosia - eis o tríptico da malévola e reiterada acusação a Rui Barbosa em torno dos arquivos da escravidão, que de resto jamais existiram. O ato que mandou queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos a escravos nas repartições do Ministério da Fazenda teve por finalidade eliminar os comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos ex-senhores para pleitear a indenização junto ao governo da República, já que a Lei de 13 de Maio de 1888 havia declarado extinta a escravidão, sem reconhecer o direito de propriedade servil. Nem poderia fazê-lo. O próprio Rui Barbosa, dissertando a respeito, deixara bem claro esse ponto, ao relatar o projeto da emancipação do elemento servil em 1884: "O princípio da indenização ficara repudiado para sempre, e rotos com ele os famosos títulos de senhorio da raça branca sobre a negra. Essa intuição iluminou em um relâmpago o futuro, e travou a pugna entre o ódio e a esperança"<sup>1</sup>. Assim, o ato de Rui Barbosa deve ser examinado à luz da mentalidade da época e das circunstâncias políticas que o cercaram, sem o que não estaríamos fazendo história.

Como instituição empenhada na recuperação da memória de nosso povo, com mais de 50 anos de experiência no campo da pesquisa histórica e literária, a Fundação Casa de Rui Barbosa decidiu organizar o presente documentário, em homenagem ao seu patrono, no sentido de esclarecer e reduzir às suas devidas proporções o episódio da queima de documentos, freqüentemente deturpado e tão mal contado.

Dir-se-ia que a proximidade das comemorações do primeiro centenário da Abolição como que contribuiu para recrudescer a onda caluniosa que insiste em transformar um dos mais estrênuos combatentes da causa emancipacionista, autor do famoso parecer de 1884, em inimigo da raça negra, o que raia pelo absurdo. Comete-se uma injustiça, além do mais baseada em uma tolice.

"Nenhuma grandeza impede a injúria", lembrava ainda recentemente o maior de nossos biógrafos, Luís Viana Filho, no prefácio da 11ª edição de A Vida de Rui Barbosa, um de seus grandes livros, aparecida em 19872.

A luta de Rui Barbosa pelo abolicionismo começou na juventude. Tinha apenas 19 anos, cursava o segundo ano da Faculdade de Direito de São Paulo, quando propôs à loja maçônica América, daquela cidade, que os seus membros assumissem o compromisso de libertar o ventre das escravas de que eram proprietários e que esse compromisso ficasse estabelecido como exigência indispensável à aceitação de qualquer novo associado. Foi ele ainda um dos escolhidos para saudar o mestre mais querido da mocidade estudantil, José Bonifácio, o Moço, que acabara de deixar o Ministério da Justiça, na crise de 1868, por dissentir da orientação do governo imperial no encaminhamento da questão da emancipação do elemento servil. José Bonifácio, o Moço, já então podia considerar-se um veterano. Sua primeira eleição para deputado geral datava de 1861. Rui Barbosa apenas começava.

A campanha vai durar 20 anos. E Rui Barbosa, quer na imprensa, quer no parlamento, na sua tenaz e obstinada caminhada; manteve-se sempre na vanguarda, ao lado de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, de Luís Gama e André Rebouças, de Gusmão Lobo e Joaquim Serra, de Raul Pompéia e Júlio Ribeiro, para citar apenas alguns dos seus expoentes. Sem esquecer, é evidente, João Clapp, no Rio de Janeiro, à frente da Confederação Abolicionista, José Mariano e seus companheiros do Club do Cupim, no Recife, Antônio Bento e seus caifases, em São Paulo. E, primeiro entre os primeiros, José Bonifácio, o Moço, que por sinal, como Luís Gama, não participariam do final festivo da campanha memorável.

Para Rui Barbosa, entretanto, a Abolição seria apenas o passo inicial das grandes reformas, que tinham de ser realizadas, se possível pela Monarquia, contra ela ou sem ela, se necessário, pela República. Essas reformas poderiam ser sintetizadas nos seguintes temas: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desoligarquização do Senado, a desenfusão da propriedade, a federação...<sup>3</sup> O radicalismo na questão abolicionista fechará para Rui Barbosa as portas do parlamento. As reformas em série que defendia provocavam nas hostes conservadoras a mesma repulsa, o mesmo pânico - só para que se faça uma idéia em termos comparativos - da reação às chamadas reformas de base, que a partir dos anos 50 os setores mais progressistas passaram a despertar no Brasil. Daí o movimento de contenção de 1864, em sentido oposto, refreando o radicalismo.

Excluído do parlamento, em uma manifestação na Bahia, ocorrida duas semanas antes do 13 de Maio, Rui Barbosa se antecipava em comemorar a Abolição. Mas certamente ainda não considerava encerrada "a pugna entre o ódio e a

esperança". É fora de dúvida o exemplo da firmeza e coerência que nos dá esse jovem jornalista e político, que aos 35 anos havia elaborado em 15 dias o magistral parecer sobre a emancipação do elemento servil, em 1884, onde estudou minuciosamente a questão, destruindo todos os sofismas do escravismo: "Ao mesmo tempo que os historia, esfarela-os, um a um, através o crivo de uma crítica tanto mais severa quanto mais objetiva e afiançada"<sup>4</sup>. Como é sabido, não passou no parlamento o projeto do Senador Dantas, redigido por Rui, relatado por Rui. Dividiu-se a Câmara meio a meio, 50 x 50 votos. Nesse instante, Dantas tombou da tribuna com uma síncope, como se um raio tivesse caído na sua cabeça. Dias depois votava-se a moção de desconfiança, apresentada pelo deputado conservador João Penido, de Minas Gerais, aceita pela insignificante maioria de 52 a 49 votos.

A Câmara dos Deputados estava em período de apuração de eleições e reconhecimento de poderes. Na Bahia, o escravismo e o clero se uniram para não reconduzir Rui Barbosa à tribuna parlamentar. Joaquim Nabuco, considerado tão perigoso quanto o seu colega da Bahia, teve melhor sorte. Acabou reconhecido e voltaria à Câmara temporária, tal como aparece na alegoria de Ângelo Agostini, estampada na Revista Ilustrada, de 13 de junho de 1885, ante o horror dos negreiros apavorados, ao mesmo tempo que a democracia, de braços com o deputado pernambucano, vibra uma chicotada no velho Saraiva, que aceitara a inglória tarefa de reunir os despojos da caçada escravista com a derrota do seu companheiro Dantas.

Saraiva prestou-se a esse triste papel, apresentando o projeto de 12 de maio que passou a ser emendado e remendado até ser aprovado em agosto irremediavelmente mutilado, sendo afinal retirados, do projeto original, o projeto de Rui, os dispositivos que haviam desagradado aos escravistas, como por exemplo 1) a obrigatoriedade da declaração da naturalidade ou procedência do liberto, indispensável com relação ao africano que houvesse entrado no país após a Lei de 1831, que proibia o tráfico negreiro, 2) a garantia salarial, onde se falava até numa taxa mínima a ser atribuída aos trabalhadores rurais e industriais - a rigor, a idéia precursora do salário mínimo, 3) a criação de colônias agrícolas, com aprendizado profissional e, para coroar esse conjunto de restrições impostas, cúmulo dos cúmulos, 4) a extensão para 65 anos para os velhos escravos, inicialmente fixada em 60.

Razão tivera José Bonifácio, o Moço, ao enfrentar no Senado, cara a cara, o opulento senhor de Pojuca, José Antônio Saraiva, feito presidente do Conselho de Ministros, dizendo e redizendo: "V. Exa. há de permitir que insista em afirmar a inconveniência da sua posição como chefe do gabinete, desde que é dono de fazenda"<sup>5</sup>. Saraiva, o liberal, que havia conduzido vitoriosamente o partido para a vitória da eleição direta em 1879, transfigura-se agora em 1885 em carrasco do projeto emancipacionista. Proprietário de numerosa escravaria, Saraiva pretendia, como disse - Joaquim Nabuco, com sinistros anátemas e metáforas candentes, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, aterrar "uma cratera que estava pronta a arrebentar no campo de sangue de Judas"...<sup>6</sup> Do lado adverso, o deputado fluminense Andrade Figueira, incansável escravista, respondia que agora é que ia começar de fato a luta pela indenização, precisamente no momento em que o monstruoso projeto era aprovado em terceira discussão por 73 x 17 votos.

D. Pedro II poderia, se quisesse, sem arrepio das normas constitucionais e sem se afastar das regras do regime parlamentar, ter evitado a crise, sustentando a Dantas, sem recorrer a Saraiva. Mas preferiu agir sem ousadia, cauto e desconfiado. Foi este o erro do Imperador, segundo Joaquim Nabuco, em folheto famoso, pela reprimenda ao monarca que se vangloriava do seu espírito liberal e sobretudo de colocar-se acima dos partidos. O jovem Nabuco fora incisivo sem exceder-se, respeitoso e reverente.<sup>7</sup>

Cumprida a ingrata missão, Saraiva demitiu-se. Para o seu lugar o Imperador convocou o barão de Cotejipe, o mais hábil parlamentar das hostes conservadoras, rijo e empedernido escravocrata, que chamava os abolicionistas de comunistas. Com toda a sua vivência política, já pressentia o arguto senador pela Bahia o crepúsculo da monarquia e logo a seguir os primeiros sinais de alvorada republicana. Por entre manifestações de hilaridade e exclamações de espanto - oh! oh! oh! -, como registram os anais parlamentares, o chefe dos conservadores comparece à Câmara temporária para expor o seu programa, que poderia ser resumido na antítese esboçada por Rui Barbosa, na estratégia do governo imperial, que consistia em tranqüilizar os fazendeiros e inquietar o país.<sup>8</sup>

A Câmara que se organizara então era maciçamente escravista, limpa de abolicionistas e de hereges. No Senado, prosseguiriam a luta José Bonifácio, Silveira Martins e Francisco Otaviano. Mas o Andrada, "loira fisionomia de nazareno", não tarda a desaparecer da cena política, pois faleceu em 1886. Cotejipe permanece à frente do gabinete por dois anos e meio. E é substituído por outro conservador, João Alfredo, este de Pernambuco, o líder taciturno dos encerramentos das votações na Câmara dos Deputados, o homem que para

tudo tinha saída, na frase do espirituoso Ferreira Viana. Conservador, havia pouco convertido ao abolicionismo, era o político ideal para promover sem demora e sem condições a libertação dos escravos. O nome fora aceito com geral satisfação, mesmo entre os militares, como o general Deodoro da Fonseca e o visconde de Pelotas, signatários do Manifesto ao Parlamento e à Nação, no qual o Exército se nega a capturar os negros fugidos das fazendas, no movimento que cresce assustadoramente aos olhos do escravismo.

De fato, a abolição imediata e sem indenização não tardaria a ser aprovada, por grande maioria, com apenas sete votos contrários, entre estes o do indomável Andrade Figueira. No mesmo dia em que foi aprovada, a lei, por entre as ovações populares à Princesa Regente, que aparecera numa das janelas do Paço Imperial, em meio à euforia reinante, já se falava na queima dos arquivos para que não ficasse na lembrança do povo a iniquidade de três séculos de escravidão. Ingênua suposição, ilusão passageira, fugaz esperança.

Com aquela admirável percepção do que significaria para o futuro essa decisão, acompanhada de todas as conseqüências dela decorrentes, o observador sempre atento e sagaz da vida brasileira, que tudo via com o seu olho implacável, que se chamou Machado de Assis, deixou bem claro no seu derradeiro romance um comentário de um dos seus personagens, o Conselheiro Aires, que consistia numa advertência acerca do que começava a ser murmurado e questionado: a queima dos arquivos, relacionando-a evidentemente à grita dos fazendeiros a favor da indenização. "Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, e até da poesia".<sup>9</sup>

O que sucedeu depois do 13 de Maio - o projeto Coelho Rodrigues, o projeto Cotejipe, o projeto João Alfredo e tudo o mais - pode resumir o que foi a avalanche indenizacionista (palavra feia para uma idéia igualmente feia). Em maio de 1888 surgiram as soluções para a crise da lavoura, primeiro, a importação dos trabalhadores chineses, os chamados coolies, revivescência de um projeto de 1879 e que era na verdade uma tentativa de continuar com asiáticos a escravidão africana. O mais grave, no entanto, consistia na retomada da sedida tese da indenização, através de empréstimos hipotecários, nos termos das propostas que pareciam já de todo afastadas: a indenização Cotejipe e a indenização João Alfredo, fórmulas que voltavam à tona para acudir às urgentes necessidades da lavoura, nos termos de uma antiga proposição do indefectível Andrade Figueira, proposta esta com modificações do competente advogado e eminente juriconsulto conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.<sup>10</sup>

O presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo, que havia tornado vitoriosa a abolição imediata e sem condições, dera marcha à ré, apresentando um projeto lido na sessão de 22 de junho de 1888 da Câmara dos Deputados, propondo a fundação em diversos pontos do país de bancos cuja finalidade era emprestar aos ex-proprietários, com hipotecas das suas terras, os meios de restabelecerem o equilíbrio do trabalho, que entendia ter sido perturbado pela Lei de 13 de Maio. Em A Vida de Joaquim Nabuco, Carolina Nabuco traça um quadro preciso do momento adiantando:

O projeto dos bancos de crédito real foi finalmente aprovado pela Câmara, nos últimos dias da sessão legislativa, mas não se transformou em lei porque, ao abrir-se o Parlamento, em 1889, o clima se adensara. O ministério [João Alfredo] tinha seus dias contados, suas últimas horas obscurecidas por uma atmosfera de censura, em penoso contraste com o prestígio que o elevara para fazer a abolição e o conservou no poder por mais de um ano.<sup>11</sup> Veio a nova situação com a mudança dos conservadores pelos liberais e a ascensão do gabinete sob a presidência do visconde de Ouro Preto. João Alfredo saíra mareado, com o escândalo dos irmãos Lóios, banqueiros prestigiosos no Recife, acusados de favorecimento aos oligarcas de Pernambuco. Ouro Preto, malgrado a sua galhardia e fidelidade ao Imperador, não teve força para deter a maré montante republicana. A aliança dos militares, o fortalecimento da Confederação Abolicionista e a pressão dos que defendiam o pagamento da indenização aos ex-proprietários de escravos anulavam todos os esforços dos liberais para deter a arrancada severa e habilmente articulada. O clima de exaltação só arrefece com o inesperado golpe de 15 de Novembro, a que o povo assiste impotente e "bestializado", conforme a curiosa expressão de um dos fanáticos da nova ordem, o jornalista Aristides Lobo.<sup>12</sup>

Foi precisamente na hora das medidas reformadoras de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda, contrariando a classe agrária inconformada e hostil, que recomeça a ser debatida a questão adormecida da indenização, num movimento que se avoluma de modo inquietante. Quem se coloca à frente da campanha é um combativo republicano histórico, com fortes ligações junto aos militares, Anfriso Fialho, autor de um livro cujo título é bastante significativo, embora o conteúdo não corresponda exatamente ao propósito do publicista: História da fundação da república no Brasil.<sup>13</sup> O certo é que Fialho havia conseguido agrupar, por assim dizer, o primeiro lobby - não importa que a expressão tenha sido importada posteriormente - no sentido de pressionar dirigentes políticos, civis e militares e agitar a opinião

pública. A solução não era nova, limitava-se a repetir a proposta João Alfredo.

Ministro da Fazenda, Rui Barbosa não vacilou. Indeferiu o requerimento. E o que mais irritou os "aristocratas mendicantes" seria o tom do despacho, lembrado por Eduardo Silva, neste documentário, que marcou como ferro em brasa a cupidez dos "indenizistas": "Mais justo seria, e melhor consultaria o sentimento nacional, se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos, não onerando o Tesouro". Era este, em última instância, o pensamento generalizado dos mais puros e sinceros abolicionistas, gente, da fibra de um Nabuco, Rebouças, Patrocínio, e de todos quantos se bateram pela causa, desde Luís Gama e Júlio Ribeiro, Raul Pompéia e Antônio Bento, João Clapp, José Mariano e tantos outros. Ante a investida dos que advogavam a indenização, num momento ainda confuso, e indefinido para a sorte da República, quando ainda nem sequer havia sido aprovado o projeto da nova Constituição, Rui Barbosa tomou uma atitude radical e temerária: eliminar os comprovantes fiscais que existiam no Ministério da Fazenda que poderiam ser utilizados para o insidioso pleito da indenização.

Esta foi a estratégia para impedir o prosseguimento da odiosa campanha, matando-a no nascedouro. E diga-se a bem da verdade que a medida foi acolhida com entusiasmo pelos setores progressistas, desde os veteranos militantes do Club do Cupim aos "caifases", João Clapp e os ardorosos partidários da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro. Na Assembléia Constituinte, o apoio foi maciço, ao todo 82, entre deputados e senadores, havendo apenas um voto contrário, o do mineiro Francisco Badaró, antigo conservador. O historiador não pode nem deve alhear-se do clima da época, muito menos das circunstâncias que cercaram o episódio, para que possa avaliar o ato de Rui Barbosa e seus desdobramentos. Foi precisamente a incompreensão desse clima e a falta de sensibilidade para aceitá-lo que certamente escaparam aos que condenaram tão veementemente a decisão do Ministro da Fazenda de 1890-1891.

Infelizmente, e este é outro ponto relevante a ser considerado, Rui Barbosa teve de afastar-se do governo, com a demissão coletiva do Ministério sob a presidência do marechal Deodoro da Fonseca. O substituto, Alencar Araripe, tomara as medidas complementares.

No que se refere à execução desses atos e sua extensão em todo o país, torna-se impossível verificar os danos. Quantos documentos foram de fato incinerados?

Falta uma avaliação precisa, mesmo em dados aproximativos; não se fez ainda a respeito um estudo sério, em profundidade. Parece que não foram muitos os autos de incineração, como os que repercutiram na imprensa, no Rio de Janeiro, em 1892, e na Bahia, em 1893. A máquina da administração pública - todos sabemos - não prima pela eficiência: é emperrada e preguiçosa. Uma vez acionada, nem sempre funciona com eficácia. Por isso mesmo, não houve perda substancial dos papéis da escravidão, ao contrário do que disseram Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Graças a Deus, há muita coisa a ser pesquisada nos arquivos e nos cartórios, em documentos que precisam ser protegidos da poeira e dos insetos e também postos a salvo do fogo, já que se encontram instalados em condições precaríssimas: as repartições são inadequadas, mal-arejadas e mal-equipadas, sem que se observem as normas mais elementares de organização de trabalho e de segurança ambiental. Só recentemente é que os governos - da União, dos Estados e dos Municípios - despertaram para o problema crucial de conservação dos arquivos. Realizaram-se congressos e simpósios de arquivologia. Mas a verdade é que a formação de profissionais para que se possa enfrentar decisivamente o problema deixa ainda muito a desejar. O que fizemos até agora está muito aquém das nossas necessidades. Nem a profissão de arquivista, há pouco regulamentada, conquistou o status a que já atingiu, por exemplo, neste país, o de bibliotecário.

De qualquer modo, é importante insistir no objetivo determinante dos atos, tanto o de Rui Barbosa, como do seu sucessor Alencar Araripe, que era o de eliminar o comprovante fiscal da propriedade servil, para assim evitar, como salientamos, a situação - de fato, sempre questionada na época, em torno da propriedade do escravo, desde que a entrada dos africanos fora considerada ilegal pela Lei de 7 de novembro de 1831, assinada por Diogo Antônio Feijó, ministro da Justiça, declarando livres todos os escravos vindos de fora do Império e impondo penas aos importadores dos mesmos escravos. Lei que, seguida do Decreto de 12 de abril de 1832 e assinado ainda por Feijó, regulamentou a anterior sobre o tráfico de africanos.

E, agora, vejamos o que aconteceu depois. No fim da República Velha, foi desapropriada a mansão da Rua São Clemente em que Rui Barbosa morou de 1895 a 1923. Com o palacete, o governo do presidente Washington Luís adquiriu a biblioteca e os papéis do estadista. A biblioteca, com mais de 30.000 volumes, era das maiores coleções particulares existentes no país. E o arquivo continha documentos preciosos da vida de um homem que havia participado intensamente da política, no Império e na República.

Com a Revolução de 1930 registrou-se um hiato até que foi reajustada a máquina da administração pública e aprovada a nova Constituição. Assim é que somente ao final da década, já no período discricionário, o Ministério da Educação e Saúde então recém-criado pôde voltar-se para o que ficou sendo denominada Casa de Rui Barbosa. Assumiu o ministério, em meados de 1934, Gustavo Capanema, um político de Minas, doublé de intelectual, cujo programa dava ênfase muito especial aos problemas da cultura. Daí, o extraordinário impulso à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional e ao Instituto Nacional do Livro, inicialmente Instituto Cairu. Seus principais assessores nesse campo, a bem dizer abandonado, constituíam um grupo de primeira ordem, originário do movimento renovador da literatura brasileira: Rodrigo M.F. de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Augusto Meyer, Luís Camilo de Oliveira, neto, entre outros.

Para a direção da Casa de Rui Barbosa designou Capanema um jovem professor de História, Américo Jacobina Lacombe, que a partir de 1939 se dedicaria de modo exemplar à conservação e divulgação do precioso legado. Além dos livros, guardados com carinho, havia os documentos - estes resumem toda a história da época, a começar pela campanha da reforma do ensino, a luta pela abolição da escravatura, a queda do Império, a implantação da República e tudo que viria depois, com as duas candidaturas presidenciais, a de 1909, que gerou a campanha civilista, e a de 1919, que abriu no Brasil o debate sobre a questão social e as mudanças políticas. Lacombe soube desempenhar a tarefa. E com o tempo revelou-se grande servidor público pela competência, pontualidade, discrição e amor ao trabalho.

Foi instante singular em nossa vida cultural. Rodrigo Melo Franco de Andrade desempenharia um papel decisivo na defesa do nosso patrimônio histórico e artístico, organizando o DPHAN, que constituiria a mais benemérita das siglas que se espalharam pelo país, algumas, aliás, de triste memória. Não a do DPHAN, esta, sim, representa algo da maior relevância, ou graças à extraordinária presença de Rodrigo e seus companheiros, todos impregnados do mesmo espírito de luta e participação. Ao empossar-se no ministério, em 1934, como dissemos, Capanema encontrara um ambiente extremamente contaminado por uma noção distorcida do progresso material. Tome-se um exemplo bastante significativo do que então ocorria: a demolição da velha Sé de Salvador, Bahia. A igreja colonial, que recordava como estilo e concepção os grandiosos palácios dos primeiros tempos do florescimento florentino, segundo a opinião de um mestre, como Germain Bazin, e que datava de 1707, acabava de ser demolida como um trambolho arquitetônico.

A derrubada da Sé não seria, porém, o último dos atos de vandalismo urbanístico praticados no Brasil, depois da Revolução de 1930. No Rio de Janeiro, coincidindo com a própria criação do DPHAN, não tardaria a ser demolido o edifício construído para ser a sede da Academia de Belas Artes, no tempo do rei Dom João VI, e que abrigava desde 1814 o Tesouro Nacional. Estávamos no apogeu do Estado Novo e por ocasião da abertura da Avenida Presidente Vargas o prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) mandou destruir nada menos que três igrejas e mutilou em boa parte o Campo de Sant'Ana. Uma dessas igrejas, a de São Pedro dos Clérigos, era exemplar único do barroco carioca, pela singularidade da forma circular da sua fachada, com zimbório, à maneira de certas igrejas romanas, tal como a descreveu Gastão Cruls, grande escritor e historiador do Rio de Janeiro, amoroso da sua cidade, que viu com tristeza o desaparecimento do templo<sup>14</sup>. Toda essa história daria um libelo-memória no estilo que escreveu Fernando da Rocha Peres, no seu Memória da Sé<sup>15</sup>, e que bem poderia começar com este depoimento do Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Excluindo-se menção de fatos remotos e restringindo-se a recordação a atentados cujos objetivos utilitários se verificaram irrisoriamente inúteis, podem ser apontados os seguintes:

Na Bahia, demoliu-se a veneranda Sé, na cidade do Salvador, sob a alegação de necessidades urbanísticas impostergáveis, que acabaram consistindo na ampliação de um logradouro já de vastíssimas proporções, sem vantagem ponderável para o trânsito no local. Excetuando-se as imagens, fragmentos de retábulos e outras peças recolhidas à igreja dos jesuítas, que se converteu em catedral, perderam-se os preciosos lavores de líos das portadas, ou dos altares de pedras policromadas e tudo mais.

Decorridos poucos anos apenas da consumação, na Bahia, do inútil extermínio da Sé veneranda, os agentes do poder público tomaram a iniciativa da destruição, na cidade do Rio de Janeiro, de outro monumento excepcional pelo valor histórico e arquitetônico, - o edifício construído para sede da Academia Imperial de Belas Artes sob projeto de Grandjean de Montigny e que, ampliado, se convertera no Ministério da Fazenda. Alegava-se haver necessidade urgente de construir nova sede para o aludido ministério, cujos serviços e instalações não mais se compatibilizavam, de modo algum, com a velha edificação. Sustentou-se então veementemente que não se poderia poupar a obra de arquitetura delineada pelo grande mestre da Missão

Artística Francesa de 1816, pois o único terreno adequado à localização do indispensável palácio novo do Tesouro Nacional seria o que a velha Academia ocupava. Em vão se objetou que a construção condenada devia ser mantida e, ainda à última hora, a Sociedade de Geografia representou ao chefe de Estado no sentido de cedê-la à mesma instituição. Tudo em pura perda. A tentativa de salvação não contribuiu senão para o efeito de acelerar as providências destinadas à efetivação do arrasamento, mal permitindo que o Serviço do Patrimônio Artístico, recém-criado, negociasse com a firma empreiteira da demolição a compra dos elementos que compunham o nobilíssimo pórtico desenhado por Grandjean e enriquecido de esculturas em terracota pelos irmãos Ferrez. Entretanto, posta abaixo, em ritmo acelerado, a imponente edificação, os responsáveis passaram a considerar que o lugar era, afinal de contas, impróprio para a nova sede do Ministério da Fazenda e decidiram levantá-lo muito longe dali, na Esplanada do Castelo, sem se dignarem dar desculpa alguma pela inutilidade revoltante da destruição. Mais tarde, com despesa apreciável e muitíssimo trabalho, logrou-se reconstituir o pórtico da Academia, no eixo de uma das alamedas de palmeiras imperiais, no recinto do Jardim Botânico. O local, porém, onde se erguia o monumento histórico, continua até hoje terreno baldio, utilizado a princípio para estacionamento de automóveis e, atualmente, para não sei que modalidade de comércio, a funcionar em barracos improvisados.<sup>16</sup>

O depoimento de Rodrigo é de 1961. Pois bem, até hoje (1988) nada se construiu no local. Nesse caso revoltante da demolição da Academia Imperial de Belas Artes há a considerar por fim a operação que motivaram as despesas (primeiras) do governo federal (Ministério da Fazenda) com a demolição do imóvel e a operação posterior com novas (ou segundas) despesas do mesmo governo federal (Ministério da Educação), readquirindo do mesmo demolidor ou demolidores pedaços do majestoso pórtico para proceder a sua reconstituição no Jardim Botânico, onde se encontra.

Mas o depoimento não termina aí. Há mais. O episódio da construção da Avenida Presidente Vargas é ainda mais chocante.

No Rio de Janeiro, ainda, já depois de vigente a legislação destinada a proteger os monumentos nacionais e apesar de se haver sugerido um traçado substitutivo que pouparia o sacrifício do patrimônio histórico do país, mutilou-se o parque traçado por Glaziou no campo de Sant'Ana (no trecho de arvoredo mais frondoso) e derrubaram-se barbaramente as igrejas de São Domingos, Bom Jesus do Calvário e São Pedro. Foi assim, de fato, pela simples e obstinada preocupação de pôr-se o eixo da nova Avenida Presidente Vargas em rigoroso alinhamento com a Avenida do Mangue, que se obteve do Presidente da República cancelar a inscrição daqueles monumentos nos Livros do Tombo, despojando-nos, feita abstração dos outros, da jóia singular da nossa arquitetura sacra, que era a igreja de São Pedro, onde estavam sepultados o padre José Maurício, o poeta Silva Alvarenga e os historiadores do Rio de Janeiro Luís Gonçalves dos Santos (o Padre Perereca) e Monsenhor Pizarro e Araújo.<sup>17</sup>

Construiu-se então um novo edifício monumental para o Ministério da Fazenda na Esplanada do Castelo em estilo anglo-francês, pastiche de palácios europeus. O ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, todo-poderoso que ocupou a pasta de 1934 até a deposição de Vargas em 1945, foi inflexível, sem atender aos apelos que recebeu de intelectuais como Otávio Tarquínio de Sousa, ministro do Tribunal de Contas e futuro historiador dos fundadores do Império. Intercedeu junto ao ministro. Este atendeu o telefonema, surpreendido. E respondeu com pétreia insensibilidade.

- Até você, Tarquínio, interessado na conservação daquele estafermo!

Um quadro da verdadeira razia que caiu sobre a memória nacional encontra-se num dos livros mais apaixonantes publicados a respeito: o de Franklin de Oliveira, *Morte da Memória Nacional*, 1967/18.

A evasão de documentos que a mudança da instalação do Ministério da antiga Academia Imperial de Belas Artes para o luxuoso edifício da Esplanada do Castelo representou sem dúvida um dos maiores desastres em toda essa triste história da conservação dos arquivos brasileiros. Perdeu-se muito mais do que com a incineração das matrículas de escravos ordenada por Rui Barbosa e Alencar Araripe. Grande parte de livros alfandegários, importação e exportação de mercadorias, levou-se de roldão: foi para o lixo nessa mudança. Ficou como lembrança o pórtico do antigo Ministério da Fazenda, onde servira Rui Barbosa como membro conspícuo do governo provisório do Marechal Deodoro, que para as novas gerações se levanta numa das mais belas alamedas do Jardim Botânico, como uma pungente advertência para todos nós: de que o presente e o futuro de uma nação estão intimamente ligados ao passado, e do passado dependem.

Esta, a lição de Rui Barbosa.

Preocupado com o programa de reformas que delineara na mocidade - que começaria precisamente com a abolição da

escravatura -, Rui Barbosa formara na corrente mais avançada do Partido Liberal. Recusara-se a integrar o gabinete Ouro Preto por sua posição inflexível em defesa do princípio do federalismo. E na sua campanha pelo Diário de Notícias que se intitulou "queda do Império" acabou tornando-se republicano. Como ministro da Fazenda do novo regime e principal autor da Constituição de 1891, desempenharia, além do mais, o papel de impulsionador do processo de modernização da economia brasileira. Em lúcido ensaio, talvez a mais inteligente análise e interpretação dos catorze meses em que esteve no ministério, logo após o 15 de Novembro, San Tiago Dantas evoca a atuação do jurista e do político como sendo o ideólogo de uma mudança já pressentida, embora difusamente, nos últimos decênios da Monarquia. Rui pode experimentá-la, mesmo porque, observa San Tiago Dantas, nesse ensaio, intitulado "Rui Barbosa e a renovação da sociedade", era um político desligado de "vínculos com os interesses criados, com os privilégios econômicos dos grandes proprietários, ou compromissos estrangeiros de que se alimentara a monarquia".<sup>19</sup>

Teria assim condições, como não o tivera nenhum outro ministro que na Monarquia ocupara a pasta das Finanças, para enfrentar com vigor e competência, como de fato o fez, "os dois gigantes da indenização"<sup>20</sup> - a expressão é de Joaquim Nabuco - que se levantaram logo após a vitória de 13 de maio. Se a ofensiva reacionária teve início na Monarquia, a reivindicação da poderosa classe agrária reaparece com maior virulência nos anos iniciais da República, ainda não de todo consolidada, como uma ameaça de desestabilizar o regime combatido pelos saudosistas e pela aristocracia rural constituída pelos ex-proprietários de escravos, inconformados com a abolição imediata e sem indenização.

Não temos dúvida, a querela sobre a queima dos arquivos não vai terminar com a publicação deste documentário, que não terá força para colocar uma pá de cal na sepultura de um assunto polêmico e tão explorado pela demagogia. Que a história da escravidão continua a ser escrita, basta lembrar algumas das valiosas contribuições aparecidas nos últimos anos, como as de Suely Robles de Queirós, Mircea Buescu, Manuela Carneiro da Cunha, Eduardo Silva, Robert E. Conrad, Robert Slenes e last but not least o livro de Mary C. Karash, *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, talvez de todos o mais importante. Impossível enumerá-las, sem o risco de omissões imperdoáveis. Essa nova seara junta-se às obras clássicas de Perdigão Malheiro, Osório Duque-Estrada (com excelente prefácio de Rui Barbosa), Evaristo de Moraes e Joaquim Nabuco, que se somam aos precursores do porte de Antonil, Benci, Manuel Ribeiro da Rocha.

Como coordenador deste documentário, quero agradecer a colaboração dos meus companheiros da Fundação Casa de Rui Barbosa, sobretudo a paciência e o devotamento de Anita Faiher e Elizabeth Fonseca, competentes datilógrafas. Não posso deixar de testemunhar o interesse do ministro Paulo Brossard, que prontamente mandou executar o projeto logo que dele teve conhecimento. A diretora-geral do Departamento de Imprensa Nacional, senhora Dinorá Moraes Ferreira, desvelou-se em atenções, e pudemos assim, num mutirão cívico, conduzir a bom-termo o nosso projeto.

---

#### NOTAS

\* Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos. Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 11-26.

1. Obras Completas de Rui Barbosa. Vol. XIII, 1886. Tomo II, p. 288.

2. VIANA FILHO, Luís. A Vida de Rui Barbosa. 11.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987, p. 36.

3. Obras Completas de Rui Barbosa. Vol. XV, 1888. Tomo I, p. 140.

4. Obras Completas de Rui Barbosa. Vol. XI, 1884. Tomo I, p. 49 e segs. A introdução é da autoria do escritor Astrojildo Pereira, um vigoroso e definitivo ensaio.

5. HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico. Do Império à República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, Vol. V, p. 213.

6. NABUCO, Carolina. A Vida de Joaquim Nabuco. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1929, p. 186-187.

7. Ao lado de um trecho em que o escritor, um tanto pedante e irrefletidamente declarava não ser "desafeto pessoal do Imperador", este escreveu: "Creio nisto. Sempre tive simpatia pelo Nabuco". Viana Filho, Luís. A Vida de Joaquim Nabuco, p. 144.

8. VIANA FILHO, Luís. A Vida de Rui Barbosa, op. cit., p. 196.

9. Memorial de Aires, 1888, p. 53.

10. NABUCO, Carolina, op. cit., p. 236.

11. NABUCO, Carolina, op. cit., p. 237.

12. CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

13. FIALHO, Anfriso. História da Fundação da República no Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1891.

14. CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade. Edição do IV Centenário. 3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 2 vols.

15. PERES, Fernando da Rocha. Memória da Sé. Salvador: Impr. Oficial do Estado, 1974.

16. Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga, em 29 de novembro de 1961. Cópia datilografada existente no arquivo do SPHAN/Pró-Memória.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.